

Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a “impertinência” bomfiniana em torno da identidade nacional

Jean Carlo de Carvalho Costa – UFPB

RESUMO

O objetivo deste ensaio é argumentar em torno da importância que, nos dias de hoje, é atribuída à “redescoberta” de certas idéias relativas ao *fenômeno nacional*, especialmente através de uma nova reorientação interpretativa que a ele é associada. Esse processo de atribuição de importância ao *nacional* tem ocorrido em esfera mundial e, conseqüentemente, tem afetado a produção local tanto no âmbito da teoria social quanto no pensamento social brasileiro. Na esteira desse processo de busca de “auto-entendimento” é possível identificar como “alvo” desse período, autores antes situados à margem do processo de construção do nacional e, hoje, “fundamentais” para o seu entendimento. Na esfera local, um dos “autores-alvo” dessas transformações é o sergipano Manoel Bomfim. Compreender a natureza dessas mudanças a partir da “releitura” de certos elementos do “projeto de modernidade” elaborado por Bomfim é a orientação central desse trabalho.

Palavras-chave: Teoria social. Pensamento social. Nacionalidade. Manoel Bomfim.

ABSTRACT

The objective of this essay is to show the importance that nowadays is attributed to the “rediscovery” of certain ideas relative to the *national phenomenon*, especially through a new interpretative reorientation that is associated with it. This process of attribution to the *national* has occurred in global scale and, consequently, has affected the local production in the context of both social theory in general and Brazilian social thinking. Following this process of search for “self-understanding” it is possible to identify as a “target” of this period some authors formerly situated at the margins of the process of construction of the *national* that are now fundamental to its understanding. At the local scale, one of “target authors” of those transformations is the *sergipano* Manoel Bomfim. To understand the nature of these changes from a new reading of certain elements of the “modernity project” sketched out by Bomfim is the central orientation of this work.

Keywords: Social theory. Nationality. Brazilian social thought. Manoel Bomfim.

Nas últimas décadas, é possível perceber uma tendência global em torno de certa sintonia relativa a preocupações com o *problema nacional*, fenômeno que tem a sua origem, consensualmente associada à emergência da revolução burguesa, a partir da identificação sugerida entre a soberania da nação e a soberania do Estado (ELIAS, 1993). Essa tendência tem se desmembrado em solo não-europeu, particularmente em espaço latino-americano, em “reinvenções” que, nos dias de hoje, ainda mais suscitam controvérsias e expressam as inquietações contemporâneas intrínsecas ao tema da identidade nacional.

Essas inquietações recentes são expressas em debates interdependentes relativos, por um lado, à natureza da própria teoria social, que é uma espécie de “termômetro” das alternativas explicativas no âmbito das ciências sociais e, por outro, às principais questões suscitadas pelas mudanças percebidas na estrutura social a partir da aceleração do processo de globalização. Esse processo tem sido compreendido como “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p. 69), tendo associado ao seu arcabouço conceitual a reviravolta gestada pelo valor basilar que atualmente é atribuído à informação e ao conhecimento, eixo central da chamada Terceira Revolução Industrial (KUMAR, 1997; LYON, 1998).

Em primeiro lugar, em relação à teoria social, produto da institucionalização das ciências sociais, pode-se dizer que ela se encontra em uma espécie de “estado de crise”, ou talvez possa ser dito que há um consenso em torno da percepção de um dissenso mais evidente que a ela se encontra associado, especialmente a partir dos debates relativos à natureza da modernidade e à pertinência ou não do caráter heurístico associado à idéia de “pós-modernidade” (HABERMAS, 1985; GIDDENS, 1991; BAUMAN, 1998, 1999; LYON, 1998), debates esses que constituem um dos produtos específicos das conseqüências do processo mais amplo que é a globalização.

Essa “crise” pode ser compreendida como uma profunda inquietação em relação às possibilidades percebidas para se explicar adequadamente as mudanças sociais, de modo geral, e o seu reflexo na ação social, de modo mais privado, cuja acentuação tem sido evidente nos últimos vinte ou trinta anos como uma conseqüência das inúmeras transformações sócio-políticas que têm afetado a vida humana. Uma das conseqüências deste processo, no âmbito da sociologia, “dada a sua orientação cultural e epistemológica” (GIDDENS, 1991, p. 13), bem como ao fato de ser ela “a disciplina mais integralmente envolvida com o estudo da vida social” (GIDDENS, 1991, p. 13), é alimentar a necessidade do debate relativo a sua *episteme* e à metodologia conseqüente, isto porque a teoria social é uma espécie de “óculos interpretativo” da realidade social. Neste sentido, haja vista que as *idéias* não são constituídas isoladas dessa realidade, conseqüentemente, “revisitá-las”, muitas vezes, tende a também transformar a própria

realidade a qual elas se referiam inicialmente, afetando o próprio presente e também, por derivação, o futuro.

Em segundo lugar, sobre as mudanças no âmbito da estrutura social, impulsionadas pelo processo de globalização, pode-se dizer que algumas das transformações sociais pelas quais tem passado o mundo na contemporaneidade parecem sugerir às ciências sociais e à teoria social que se debrucem com profunda atenção sobre uma determinada categoria sócio-histórica que, nos dias de hoje, parece ter adquirido importância central. A categoria a qual refiro-me é a idéia de “nação”, haja vista o impacto no entendimento das relações sociais contemporâneas que têm inúmeros dos conteúdos que à *questão nacional* é associada como, por exemplo, “raça”, “localismos”, “nacionalismos”, “identidades” e “multiculturalismo”.

De fato, alguns dos principais “óculos” interpretativos da vida contemporânea têm reforçado esta observação afirmando que uma série de mudanças sócio-econômicas identificadas em âmbito global tem levado as ciências sociais a uma atribuição de importância gradualmente crescente ao *fenômeno nacional* e aos conteúdos que o constituem (IANNI, 1996, p. 1):

A globalização do capitalismo e a nova divisão transnacional do trabalho, dinamizada pelas novas tecnologias, pela informatização e pela robotização da produção, processo que também se expressa pelas migrações entre nações dentro de um amplo processo de urbanização do mundo, mostram-nos a emergência e a ressurgência de problemas raciais associados a nacionalismos e localismos. Isto ressalta que a globalização é acompanhada de uma fragmentação, onde as linhas limites entre classe e raça mesclam-se e confundem-se mas, na maioria das vezes, não se dissolvem. Neste contexto, os problemas raciais podem ser vistos como manifestação de movimentos e configurações, e como dimensão fundamental da sociedade globalizada em formação.

Estas orientações dimensionais de análise, teoria social e estrutura social, em esfera global, não se encontram isoladas do pensamento social no Brasil, haja vista o impacto inevitável da circulação da informação no mundo globalizado. De fato, ao contrário, é possível afirmar que, ao longo das últimas décadas, também na esfera local, certas preocupações relativas ao *nacional* e às interpretações que a ele são associadas têm sido revisitadas, fenômeno que, como foi visto, é produto tanto das mudanças estru-

turais derivadas da globalização quanto das novas orientações teóricas utilizadas na interpretação de certos processos sócio-históricos.

Neste sentido, é possível dizer que os principais efeitos presentes destas transformações dizem respeito ao fato de que trazem à tona algumas importantes questões relativas à *autocompreensão de certos povos em relação à formação de sua nacionalidade*, reivindicando a tese de que o passado pode conter ensinamentos que devem ser aproveitados pelo presente a partir de uma espécie de interpretação seletiva (SOUZA, 2000). No caso brasileiro, em meu entender, esses *efeitos* têm efetivamente levado intérpretes contemporâneos a uma espécie de “era das redescobertas” de certas “leituras brasileiras” clássicas relativas à modernidade nacional, isto porque parece haver no Brasil uma insistente reposição da questão da modernidade no seu pensamento social, ou seja, a chamada “*questão nacional*” parece ter sido recolocada nas últimas décadas, *atualizando a perspectiva da relação de determinados elementos constituintes da cultura nacional e de alguns dos principais aspectos que a forjaram, com a civilização ocidental*, na medida em que:

[...] a idéia de que os antigos desafios enfrentados pela sociedade brasileira, e que serviram aos cientistas sociais para problematizar a questão da identidade nacional, em parte não foram resolvidos e a eles vieram se somar às novas questões colocadas pelo estágio atual da economia, da política e da cultura mundiais (MOREIRA, 1996, p. 9).

De fato, na esteira desse argumento, percebe-se que, no âmbito latino-americano e, em especial, na esfera local, algumas noções, em meu entender, têm-se tornado essenciais para se consubstanciar um processo de auto-entendimento do nacional, levando vertentes da teoria social a uma espécie de ré-interpretação de alguns de seus conteúdos (SOUZA, 1999, 2000). Ou seja, inquietações têm sido trazidas à baila relativas à formação da nacionalidade brasileira e ao papel central que noções como “*raça*”, “*cultura*” e “*miscigenação*” passaram a ter no processo de colocar o Brasil em compasso com o ritmo das sociedades européias em fins dos dezenove e início dos vinte (ORTIZ, 1990).

No Brasil das últimas décadas, tem sido possível identificar o processo de “retomada” do nacional ao qual foi feita referência anteriormente. Na esfera local, percebe-se, após uma espécie de ostracismo enfrentado pela temática nos meios acadêmicos brasileiros, uma emergência de “releituras”, “diálogos” e “redescobertas” de autores e de idéias que se encontram ao *problema nacional* associados. De modo geral, esse projeto *coletivo*, ainda que muitas vezes difuso e especializado, haja vista que envolve pesquisadores e abordagens distintas, tem ocorrido a partir de duas dimensões inter-relacionadas.

A princípio, por um lado, tem-se um investimento relacionado com contribuições monográficas cuja característica principal é o seu uso de fontes primárias que os trabalhos de caráter mais panorâmico dificilmente conseguem oferecer (PIMENTA, 2002), e que estão intimamente associados com a produção da historiografia e da antropologia; por outro lado, talvez mais próximo do universo sociológico, percebe-se a reflexão crítica, no âmbito das idéias, de teses fundamentais que norteiam o pensamento social no Brasil e que têm a sua gestação nos trabalhos dos que hoje são denominados “intérpretes do Brasil”.

De certo modo, isto parece ocorrer porque, se é correto supor que a relação das idéias com o mundo material não é de exterioridade, mas, ao contrário, que elas ajudam a constituir a própria realidade material, na medida em que mostram alguns aspectos estruturadores e possibilidades de ação, a despeito de encobrir outros tantos, então a crítica das idéias é uma tarefa conspícua de uma sociologia com interesses críticos (SOUZA, 2000, p. 167).

Com esses fatos esculpindo um novo quadro sócio-político mundial, torna-se importante compreender melhor alguns dos conteúdos que se encontram associados a um dos “projetos de nacionalidade” que foram forjados no pensamento social no Brasil e que tem sido alvo de gradativo interesse na última década, na esteira dessa “redescoberta”, que é o “projeto” de Manoel Bomfim, autor de profunda relevância ao se tratar da modernidade brasileira na virada do século XIX e início do XX.

O CARÁTER CONSTITUTIVO DO NACIONAL NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

As discussões em relação ao *fenômeno nacional* permeiam todo o pensamento social no Brasil, talvez com uma certa hegemonia que compreende desde o predomínio da “*bricolage de uma identidade nacional*” elaborada pelo romantismo brasileiro (ORTIZ, 1994 [1985], p. 19), que pode ser situada em torno de 1870 até a “*virada culturalista*” proporcionada pela obra de Gilberto Freyre (1900-1987), na década de 1930, particularmente a partir de seu “*Casa-Grande & Senzala*” (FREYRE, 2001 [1933]), considerado por alguns a “*Paidéia de um Werner Jäger dos trópicos*” (CHACON, 2001, p. 39).

No intervalo que compreende as últimas décadas do século XIX e meados da década de 1910, as tentativas de interpretar o nacional são conduzidas a partir da possibilidade percebida de articulação dos conceitos de *raça* e *meio*, com o objetivo de encontrar uma espécie de via alternativa cujo eixo preservaria a “*singularidade sócio-racial brasileira*”; entretanto, essas tentativas são guiadas, do ponto de vista teórico, por uma perspectiva determinista de cunho racial. De fato, considere-se o próprio termo “*miscigenação*”, cuja influência no discurso imperial e colonial contemporâneo é evidente em torno das

referências negativas às uniões de “raças” distintas (YOUNG, 1995), tendo passado a ser, inevitavelmente, na virada dos séculos XIX-XX, parte do discurso colonialista do racismo.

No Brasil, o *fenômeno nacional* adquire enorme importância na segunda metade do século XIX, especialmente através do pensamento de alguns intelectuais brasileiros como, por exemplo, Sílvio Romero (1851-1914), embora seja necessário afirmar que estas inquietações não constituem privilégio dessa época, tendo permeado toda a história da formação da nacionalidade brasileira (CANIELLO, 2001). Entretanto, talvez seja possível ressaltar o maior relevo a ele atribuído pelos “românticos”, ainda que envoltos na perspectiva de revestir o elemento indígena em “*elemento civilizado*”, afirmando por completo a desimportância do negro na constituição da nacionalidade brasileira, o qual apenas torna-se parte inevitável da reflexão sobre a dinâmica social com o advento da Abolição.

Ora, verificando o contexto descrito, é possível dizer que duas perspectivas relativamente hegemônicas, e uma à época “*marginal*”, de interpretação do Brasil, no tocante ao entendimento do *nacional*, destacaram-se no início do século, tendo o constructo *raça* predominância no caráter definidor da nacionalidade, cuja conseqüência, haja vista o tipo de “teoria social” produzido no período, é uma espécie de ruptura do campo intelectual, talvez um dos elementos explicativos da “marginalização” de determinadas interpretações.

De modo geral, no pensamento social brasileiro, a temática em questão foi abordada por alguns dos principais ensaístas cuja obra, de um modo ou de outro, inevitavelmente, percorreu as relações entre *nacionalidade* e *raça* na busca pela explicação do fenômeno nacional. De fato, por um lado, temos a referência primordial ensaísta de influentes intelectuais como o já citado Sílvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909) e Oliveira Vianna (1883-1951) e, de modo mais indireto, o famoso ensaio de Paulo Prado (1869-1943), “Retrato do Brasil” (1997 [1928]), especialmente o seu “*Post-Scriptum*” que, seguindo princípios e idéias *evolucionistas* e *deterministas* relativas à “degeneração”, “barbárie”, “miscigenação” e “enfermidade social”, debruçaram-se sobre a problemática racial, levando-os, de modo geral, à crença no princípio de que o único modo de resolver o “*problema*” seria através do cruzamento racial, o que desemboca na conhecida “*teoria do branqueamento*”, uma das peculiaridades tipicamente nacionais, e na ênfase nas políticas de imigração e de educação, ou seja, em direção ao triunfo e à regeneração da *raça* branca no país (VENTURA, 1991; SCHWARCZ, 1993).

Uma outra vertente, contrária a um certo otimismo que perpassava o pensamento de certos autores em relação ao papel da *raça*, era constituída por outros intelectuais que, mais críticos em relação ao “*valor social*” do mestiço, consideravam o cruzamento racial um verdadeiro perigo para a boa saúde do Brasil e da etnicidade branca. Entre eles, talvez o de maior destaque seja o médico baiano Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), cujas pesquisas sobre a influência africana e o sincretismo religioso no

Brasil, inovadores estudos etnográficos na época, tenderam a fortalecer as suas concepções racistas e a crença na tese da degeneração racial como conseqüência da mestiçagem.

No intermédio entre esses dois “projetos para o Brasil” tem-se a “*interpretação dissidente*”, seguindo expressão utilizada por Ortiz (1994 [1985]), do sergipano Manoel Bomfim (1868-1932), interpretação “*marginal*” à época, a qual me referi. Bomfim, o “*rebelde esquecido*” (AGUIAR, 2000), tem sido, de modo gradativo, especialmente nos últimos quinze anos, recolocado entre os “principais intérpretes do Brasil”, inclusive em posição de enorme inovação, isto porque, em grande medida, a sua interpretação do nacional é fortemente contrária às perspectivas teóricas dominantes no pensamento social brasileiro de então, cuja base era formada pelas teorias sociais européias (Darwinismo social, evolucionismo e o positivismo), tríade teórica fundamental que, de certo modo, parece ter “coroadado” o ápice da modernidade ocidental.

De modo geral, é importante realçar que a ambigüidade e elementos contraditórios são efetivamente correntes nos ensaios interpretativos dos intelectuais que pensaram o Brasil àquele período, produto, em grande parte, da incompatibilidade percebida entre a “tríade teórica” hegemônica à época e a realidade que ela deveria “explicar” (ORTIZ, 1994 [1985]), não diminuindo, no entanto, a sua importância:

Há uma conexão mais ou menos estreita entre os seus modos de abordar o Brasil e o nacionalismo sistemático [...] do próprio Estado Novo. É arriscado, porém, incluí-los genericamente entre os ideólogos da Direita, em razão do colorido opressor, classista e racista que o termo foi assumindo por força das vicissitudes políticas do século XX. Representam, em conjunto, um sintoma da crise do liberalismo jurídico abstrato, da sua incapacidade de planificar o progresso de um povo; e, apesar das suas diferenças e mesmo das contradições internas de que todos padecem, significam [...] um passo adiante na construção de uma sociologia do povo brasileiro (BOSI, 1994, p. 313, grifo meu).

De fato, são os efeitos de suas obras no diálogo entre as mudanças na teoria social contemporânea e o processo de globalização, posterior a essa erupção ensaísta, que confirmarão ainda mais a sua importância, por um lado, devido ao fato de que “os contemporâneos muitas vezes são os piores intérpretes de uma obra” (SCHNAIDERMAN, 2000, p. 9) – a desimportância histórica atribuída, por exemplo, a Manoel Bomfim, pode ser uma dessas *piores* interpretações – e por outro, porque muitos de seus desmembramentos transformaram-se em “programas de organização sócio-política”.

Ou seja, pode-se dizer, neste sentido, que, por exemplo, o desdobramento, do ponto de vista estético e ideológico, do Modernismo brasileiro nos anos de 1920 “veio criar condições para aproveitar e desenvolver as intuições de um Sílvio Romero, ou um Euclides da Cunha, bem como as pesquisas de um Nina Rodrigues” (CANDIDO, 2000 [1965], p. 123). Além disso, não é à toa que é característico desse período o fato de ele tender ao ensaio, não apenas às breves crônicas como ao longo ensaio histórico e sociológico, que, de certo modo, incorporou o movimento ao pensamento nacional.

Diante de tais esclarecimentos, haja vista que já vão longe estes prolegômenos, ofereço ao leitor, na seção seguinte, alguns elementos do pensamento de Manoel Bomfim, hoje considerados “inovadores”, que podem ser interpretados como o reflexo, na esfera local, da “redescoberta” do nacional a partir das inquietações presentes nas discussões contemporâneas relativas à teoria social e à estrutura social.

A “REDESCOBERTA” DE MANOEL BOMFIM NO PENSAMENTO SOCIAL

Manoel Bomfim (1868-1932) pode ser considerado hoje um dos intelectuais mais importantes do pensamento social brasileiro, ainda que, em muitos textos onde a sua obra poderia exercer papel relevante ao ser confrontada com certas interpretações, é deixada de lado ou é permitida a ela espaço não correspondente em importância. De fato, por exemplo, Leite (1992 [1954]) ressalta que obras, à época, recentes, relativas à história da literatura brasileira, como as produzidas por Wilson Martins (1965) e Alfredo Bosi (1966) não citam Manoel Bomfim, “*salvo erro, uma só vez*”; em Nelson Werneck Sodré (1969), são lembrados “*aspectos positivos de sua obra*”, especialmente o fato de ter efetuado uma espécie de análise marxista em seu diagnóstico do “atraso” brasileiro; entretanto, quando compara-se o empreendimento de Bomfim e a atenção dada as obras de Oliveira Vianna e Paulo Prado, autor de “*Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*” (1997 [1928]), Bomfim torna-se insignificante. Mais recentemente, tem-se Thomas Skidmore, talvez dos autores estrangeiros, brasilianistas, que “pensam” o Brasil, aquele ao qual mais recorreram os intelectuais brasileiros nas últimas décadas, tem em um de seus livros publicados no país, “*O Brasil visto de fora*” (1994), um capítulo que se denomina “*Criadores de mitos: os arquitetos da identidade nacional brasileira*”, onde ele faz uma síntese de intérpretes do Brasil, transitando de Sílvio Romero a Darcy Ribeiro e Roberto DaMatta sem, no entanto, dedicar uma linha à obra de Manoel Bomfim. Outro autor, Kabengele Munanga (1999), em um texto “quase similar” ao de Skidmore, onde ele discorre sobre como o tema “mestiçagem” foi tratado no pensamento social brasileiro, dedica cerca de 14 páginas à uma análise da obra de Oliveira Vianna, inclusive dando um certo destaque a sua

“Teoria do Estado”, e não alcança uma página completa tratando da obra de Manoel Bomfim, tanto à sua posição sobre a tese degerativa dos cruzamentos raciais quanto à sua teoria do Estado.

Além disso, em alguns dos seus intérpretes contemporâneos, especialmente os que sobre o pensamento social no Brasil se debruçaram nas décadas de 1970 e 1980, é possível identificar alguns equívocos relativos à sua obra devido a certo desconhecimento e também à importância ainda pouco atribuída à sua contribuição à constituição do pensamento brasileiro.

“*A América Latina: males de origem*” (1993 [1905]), por exemplo, foi citado por alguns de seus intérpretes, Skidmore, Darcy Ribeiro e Renato Ortiz, como tendo sido publicado em 1903, devido ao fato de que a sua primeira publicação curiosamente não era datada, embora intérpretes anteriores, como Dante Moreira Leite, em seu texto clássico ora mencionado e publicado em 1954, o tenha citado corretamente. Contudo, é importante salientar que a edição, por exemplo, utilizada por Ortiz, Editora *A Noite*, não apresenta data de publicação.

Entretanto, também é possível afirmar que a partir da última década tem-se percebido um gradual aumento de interesse por sua obra, especialmente a partir da emergência, no Brasil, de alguns de seus mais importantes trabalhos. Além disso, recentemente, houve a publicação de uma excelente biografia¹, cuja leitura em muito auxilia o entendimento de seus escritos e também proporciona um importante diálogo crítico com as leituras efetuadas por alguns de seus intérpretes. De modo geral, parece que essa mudança de importância atribuída a determinados intelectuais brasileiros, no mínimo, representa uma leitura mais cuidada de suas teses que, de certo modo, podem fornecer uma maior compreensão de seus conteúdos e a sua importante interpretação da tradição nacional, haja vista que alguns deles elaboraram uma representação do Brasil menos forçosamente hegemônica, algo que se contrapõe à unilateralidade teórica que caracterizaria ou que definiria a *intelligentsia* brasileira no início do século XX (SKIDMORE, 1976)².

- 1 Em 1999, Ronaldo Conde Aguiar defendeu na UNB Tese de Doutorado sobre a vida e obra do autor citado, sendo considerada a Melhor Tese de Doutorado no I Concurso Brasileiro CNPQ-ANPOCS de Obras Científicas e Teses Universitárias em Ciências Sociais, tendo o seu trabalho publicado no ano posterior sob o título “*O Rebelde Esquecido. Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*”. Creio ser relevante o apontamento, tanto para salientar a importância de Manoel Bomfim, agora não mais esquecido.
- 2 Outro autor consensualmente mencionado na literatura, que comporia com Manoel Bomfim esse “contradiscurso” à predominância hegemônica relativa às explicações sobre a raça e sobre o Estado brasileiro, seria Alberto Torres. Torres, baseando-se em teorias recentes no pensamento social europeu, especialmente no culturalismo emergente de Franz

De certo modo, pode-se dizer que o esquecimento ao qual ele próprio e o seu principal livro, “*A América Latina: males de origem*” (BOMFIM, 1993 [1905]), foram expostos ao longo do século XX, seja atribuído a um conjunto de elementos inevitavelmente inter-relacionados. Esses encontram-se, por um lado, vinculados à, hoje, consensual originalidade de seu trabalho, o que o afastava do discurso hegemônico da época, ou seja, “a razão fundamental para o esquecimento de sua obra decorre do fato de *Manuel Bomfim estar adiantado* com relação aos intelectuais de seu tempo” (LEITE, 1992 [1954], p. 251, Grifo meu) ou “à frente do seu tempo ao rejeitar as doutrinas das diferenças inatas entre as raças” (SKIDMORE, 1976, p. 130-131); por outro lado, ao “*espírito apaixonado*” que o movia, elemento que inclusive foi curiosamente um dos alvos principais de seu crítico mais conhecido, o “Sr. Sílvio Romero”, cuja famosa atividade de crítico, se é possível o uso de tal conceito àquele contexto histórico, era fervorosamente apaixonada.

RAÍZES HISTÓRICAS DO ESQUECIMENTO DOS “MALES DE ORIGEM”

O “esquecimento” de Bomfim, sem dúvida, relaciona-se com o pensamento romeriano. Os argumentos de Sílvio Romero à sua obra versavam, primeiro, sobre a sua *parcialidade*, elemento intimamente contrário aos princípios cientificistas da época, inclusive devido em parte pela influência decisiva que a suposta “objetividade” associada ao uso da Estatística exercia no pensamento brasileiro³. Dante

Boas, central futuramente na obra de Gilberto Freyre, rejeitou, como Bomfim, a redução do problema nacional à questão racial, alertando que, na verdade, esse “não está na diversidade racial, mas sim na inadequação entre a realidade do país e as instituições tomadas de empréstimo das nações antigas, o que resulta na alienação da realidade nacional” (MUNANGA, 1999, p. 61), o que o leva a atribuir importância essencial ao papel da educação, elemento também visto no diagnóstico de Bomfim. A respeito das impossíveis relações entre miscigenação e nacionalidade afirma: “Nenhum dos povos contemporâneos é formado de uma raça homogênea e isto não lhe impediu de formar uma nação, moral, política e socialmente [...]. Se os indígenas, os africanos e seus descendentes não puderam ‘progredir e aperfeiçoar-se’ isto não se deve a qualquer incapacidade inata, mas ao abandono ‘em vida selvagem ou miserável, sem progresso possível’” (TORRES, 1914 apud MUNANGA, 1999, p. 61).

- 3 Oliveira Vianna, por exemplo, ao tratar da questão étnica, baseava muitas vezes o seu argumento na estatística, considerada por ele “a consciência das sociedades”. Vianna afirmava que a anteriormente negada diversidade étnica estava a ser transformada, gradativamente, através do “refinamento da raça” (VIANNA, 1956 [1923], p. 186), que era, por sua vez, produto de uma “lenta elaboração histórica” (VIANNA, 1956 [1923], p. 169), elaboração essa auxiliada pelo papel do movimento migratório europeu no aumento do “coeficiente da raça branca” (VIANNA, 1956 [1923], p. 170).

Moreira Leite, um dos intérpretes clássicos de Bomfim, acreditava ter sido essa, a *parcialidade*, a causa do fato de ele ter sido “incapaz de colocar-se na perspectiva histórica para julgar homens e acontecimentos do passado” (LEITE, 1992 [1954], p. 251) e, segundo, o fato de Bomfim ter se atrevido a “refutar teorias cientificamente provadas” como as dos “venerandos pensadores Gustav Le Bon e Gobineau” (ROMERO, 1906, p. 233).

Uma observação parece ser relevante em relação ao primeiro aspecto. De certo modo, parece haver uma certa injustiça no texto de Dante Moreira, haja vista que a suposta “*parcialidade*” de Bomfim não o impede de alicerçar os seus argumentos em consonância com as tendências mais contemporâneas da época, que emergiam em oposição àquelas já tornadas hegemônicas, fato que é observado por vários de seus intérpretes posteriores (SKIDMORE, 1976; ORTIZ, 1994 [1985]). Ou seja, a “paixão” em Bomfim não o impossibilitou deixar de lado o seu envolvimento emocional em desejar re-elaborar, de modo coerente, a história do Brasil⁴.

Ao contrário, em uma das notas críticas em seu “*A América Latina*” ao historiador português Oliveira Martins (1845-1894), que no Brasil possuía ilustres discípulos (MALATIAN, 2001), como o historiador-diplomata Oliveira Lima (1867-1928), Manoel Bomfim recorre, por um lado, a inúmeros antropólogos contemporâneos a ele, Zaborovski, Quatrefages e Topinard, que ressaltavam “o sentido lingüístico e não racial de ariano”, “raça” essa correntemente alvo de apologias⁵ e, por outro, tratou de

- 4 É interessante observar que em Sílvio Romero essa “paixão” transbordava e talvez devido a ela tantas contradições apontadas em sua obra, cujo objetivo era apenas elaborar uma interpretação que fosse prospectiva no sentido de forjar os meios para um desenvolvimento apropriado da nação brasileira. Euclides da Cunha, na esteira de Sílvio, embora também amparado por teorias contemporâneas a ele, não pode ser considerado um autor no qual a paixão se encontra ausente; ao contrário, e os seus intérpretes confirmam: “**Há uma paixão do real em Os Sertões** que transborda dos quadros do seu pensamento classificador; e uma paixão da palavra que dá concretíssimos relevos aos momentos mais áridos da sua **engenharia social** [...] **Os Sertões são um livro de ciência de paixão**, em que alternam a certeza do fim das ‘raças retrógradas’ e a denúncia do crime que a carnificina de Canudos representou” (BOSI, 1994, p. 308-309).
- 5 Sem dúvida, é bastante estimulante ressaltar que os textos desses autores utilizados por Bomfim para dar sustentação teórica ao seu livro são extremamente contemporâneos a ele, haja vista que ele iniciou a “*A América Latina*” em 1903. O texto de Zaborovski, por exemplo, trata-se de uma conferência na Escola de Antropologia de Paris realizada em novembro de 1902, enquanto o livro citado de Topinard é datado de 1900, no qual esse autor afirma: “Há arianos na lingüística, mas não há raça ariana; assim como há franceses, sob o ponto de vista de língua, mas antropologicamente não há raça francesa” (TOPINARD, 1900, p. 229 apud BOMFIM, 1993 [1905], p. 249). Isto reforça o potencial de Bomfim em identificar e compreender a existência na época de um discurso distinto e os interesses a que

implementar a sua defesa apaixonada pela obra de Darwin que, segundo Bomfim (1993 [1905], p. 249, Grifo meu):

Nunca supôs que a sua obra genial pudesse servir de justificação aos crimes e às vilanias de negreiros e algozes de índios!... Ao ler-se tais despropósitos, duvida-se até da sinceridade desses escritores; Darwin nunca pretendeu que a lei da seleção natural se aplicava à espécie humana, como dizem os teóricos do egoísmo e da rapinagem. Ele reconheceu que os seres vivos lutam pela vida; mas esta expressão ‘luta’ não tem, na teoria, o sentido estreito a que reduzem os espíritos acanhados; luta pela vida quer dizer, para ele, tendência a viver, esforço para conservar a vida e propagá-la, e não, simplesmente, conflito material, agressão cruenta.

Ao ler o excerto acima se percebe como, de fato, uma das características principais do texto de Manoel Bomfim, especialmente o seu “*A América Latina*”, é a sua condução pela “paixão” por um país e por um continente, algo que, do seu ponto de vista, não impedia o rigor da lógica, haja vista a sua menção a autores que expressavam posições distintas do imperialismo determinista da época; por isso é que, em seus próprios termos, a sua principal obra:

É um livro nascido, animado, alimentado e divulgado pelo sentimento; não o sentimento dos interesses pessoais, que obscurecem a razão e pervertem o julgamento, mas um sentimento que só aspira alcançar a verdade – a causa

o conhecimento científico encontra-se inevitavelmente atrelado. Diz Bomfim (1993 [1905], p. 321) em relação a um determinado tipo de academicismo: “Desprezemos dissertações e preceitos formulados a distância; demos férias aos doutores e mais oráculos – economistas e sociólogos que não se cansam de disparatar, doutrinando a nosso respeito; esqueçamo-los e voltemo-nos para o princípio”. Como ver-se-á, comparando-o à argumentação de Oliveira Vianna (1883-1951), cuja obra é contemporânea às transformações empreendidas pelo clima da Semana de Arte Moderna em 1922, duas décadas após essa obra de Manoel Bomfim, entende-se a sua importância na atualidade. Os “homens de 22” (BOSI, 1994), na esteira de Bomfim, rompem com a idéia de nossas supostas ou reais “deficiências” e as reinterpretam como superioridades (CANDIDO, 2000 [1965], p. 120).

efetiva desses males, dentro dos quais somos todos infelizes, o desejo de subir à civilização, à justiça, a todos os progressos (BOMFIM, 1993 [1905], p. 35).

O “FENÔMENO NACIONAL” COMO CENTRAL NA ANÁLISE BOMFIMNIANA

Neste sentido, pode-se dizer que, na esteira da preocupação central que instigou os intelectuais brasileiros da Geração de 1870 “à luta” (VENTURA, 1991), a saber, a problemática da identidade nacional em face das diferenças raciais do povo brasileiro, os objetivos de Bomfim encontram-se associados, de modo geral, a dois elementos.

Em primeiro lugar, a pensar “*a pátria, com as particularidades próprias da sua formação histórica*”. Nesse instante, parece não haver nada de novo quando ele é comparado aos intelectuais da mesma época, mas, a partir daí, em meu entendimento, percebe-se a sua originalidade no tratamento do diálogo entre o local e o global, fonte de possíveis relações entre a sua obra e os motivos de sua revalorização contemporânea: pensar a pátria “inserida na América. e como parte integrante da humanidade” (AGUIAR, 2000, p. 303).

De fato, o próprio Ortiz (1994 [1985]) ressalta que Bomfim foi o primeiro pensador brasileiro a refletir sobre a problemática nacional em esfera mais ampla, ou seja, tratando-a “enquanto parte de um sistema mais abrangente, o da América Latina, a questão nacional se reveste de uma especificidade política mais geral, pois se perguntar sobre o Brasil equivale a se indagar a respeito das relações entre América latina e Europa” (ORTIZ, 1994 [1985], p. 23).

Essa forma de interpretação do fenômeno nacional, nos dias de hoje, já é amplamente conceituada, por exemplo, o sucinto e instigante, hoje já clássico, texto de Octavio Ianni “*O labirinto latino americano*” (1993), expressa, na contemporaneidade, elementos comuns que constituem o pensamento social e a realidade do continente, reflexo da compreensão “universalista” e “globalizada” inaugurada por certos autores clássicos como Manoel Bomfim.

Em segundo lugar, um dos objetivos de Bomfim é, sem dúvida, recusar a percepção hegemônica da *intelligentsia* brasileira de então de atribuir o “*atraso brasileiro*” à inconsistência dos elementos biológicos, alicerces das teorias sociais européias que forjaram a base do racismo científico, tipificando essa forma de pensar como expressão de um discurso dominante que apenas visava legitimar interesses colonialistas europeus na América Latina, ou seja:

[...] Bomfim procurou dar uma resposta aos teóricos e publicistas europeus que, apoiados no cientificismo naturalista e no evolucionismo, chamavam, indistintamente, os povos do continente de inferiores, entregues, segundo afirmavam, ao mais puro *barbarismo estéril*. A América Latina seria, em consequência, este imenso território povoado de *gente selvagem e inferior*, uma mistura de descendentes de índios, negros e degradados, *todos inatamente incapazes de autogovernar-se e autodefinir-se como povos soberanos*. Segundo os teóricos e publicistas europeus, a pretensa homogeneidade dos povos latino-americanos residia no fato cientificamente incontestado de que todos estavam condenados ao atraso, não lhes restando outro caminho que o da submissão passiva aos *povos superiores* (AGUIAR, 2000, p. 305, Grifo meu).

DE “MARGINAL” A “FUNDAMENTO” DO NACIONAL NO BRASIL

Médico de formação, e também na esteira do predomínio de certos elementos das teorias sociais da época, Manoel Bomfim (1868-1932) elaborou a sua interpretação da questão nacional a partir de uma tentativa de articulação entre conceitos derivados da biologia e os fenômenos sociais observados por ele que envolviam o “*dilema brasileiro*”, forma de pensar que, nos dias de hoje, não é completamente aceita, haja vista a impossibilidade percebida por muitos em pensar o “social” a partir ou com base no “biológico”.

Em sua interpretação de Bomfim, Renato Ortiz tornou clássica a sua percepção do *evolucionismo* existente em sua argumentação e a similaridade existente entre o seu texto e as obras de Augusto Comte (1798-1857) e Émile Durkheim (1865-1918), a partir das tentativas de tornar legítima a comparação entre a sociedade e os organismos biológicos. De acordo com Ortiz (1994 [1985], p. 23-24), em Bomfim, “da analogia entre biologia e sociedade chega-se à noção de doença, conceito-chave para o entendimento do atraso latino-americano [...] Bomfim define a doença como uma inadaptação do organismo a certas condições especiais. Desde que se revelem como favoráveis, a cura se daria através do conhecimento da história da doença”. Veja-se a esse respeito o próprio Bomfim (1993 [1905], p. 35):

A cura depende, em grande parte, da importância desse histórico, principalmente quando as condições presentes são relativamente favoráveis, e são tais

que a elas o indivíduo se poderia adaptar facilmente, se não tivesse contra si uma herança funesta. Então, em tal caso, o empenho do clínico é dirigido todo, não contra o meio atual, mas contra o passado, para vencê-lo e eliminá-lo. [...] Pois, se os antecedentes são comuns, se os sintomas são os mesmos, se estes se continuam como aqueles – é também natural que nestes antecedentes esteja a verdadeira causa.

É importante ressaltar uma distinção percebida por Renato Ortiz que, de certo modo, reforça a originalidade identificada em Bomfim, a ponto dele ser situado em separado dos outros autores da época que também foram influenciados pelo evolucionismo e se utilizavam correntemente de sua linguagem para “traduzir” o que pensavam. De fato, em Bomfim parece haver uma *seleção* dos elementos que se coadunam com a sua interpretação da questão nacional. Ortiz (1994 [1985], p. 23) diz que

[...] o evolucionismo de Manuel Bomfim se refere menos às etapas das sociedades do que uma filiação a Comte, que enfatiza o estudo do social enquanto organismo biológico. As leis da evolução cedem, assim, lugar às leis biológicas, isto é, desloca-se o enfoque evolucionista no sentido da proposta por Comte que desenvolve a analogia entre a sociedade e os organismos vivos.

O uso por Bomfim de tal analogia o leva a desenvolver a sua “*teoria do parasitismo*”, cujo argumento central é o de que o “atraso brasileiro” se devia menos à composição racial do que ao caráter parasítico de espanhóis e portugueses transmitido às terras por eles colonizadas no Novo Mundo, que forçavam seus hospedeiros a sofrer um desenvolvimento defeituoso das várias funções naturais (SKIDMORE, 1976). De modo geral, Dante Moreira Leite efetua uma eficaz síntese do tipo de relação percebida por Bomfim que é a existente entre os colonizadores de Espanha e Portugal e os seus colonizados:

[...] embora por processos um pouco diferentes – acabaram por adquirir, nas lutas contra os mouros, uma educação guerreira e depredadora, que impediu a adaptação ao trabalho pacífico. Com o passar do tempo, já não se encontrava o heroísmo, mas a sua perversão, na luta pela luta: a audácia do bandido, a intrepidez cruel do toureiro. Quando, após a reconquista do seu território, os ibéricos se lançam à conquista do mundo, não o fazem com o espírito prático – o comércio, por exemplo –, mas com o espírito de violência e destruição,

revelado na Índia, no México, no Peru, no Brasil. *Quando se tornam sedentários, isto é, quando exploram a terra, o que fazem é utilizar o africano ou o indígena para o trabalho, isto é, tornam-se parasitas do trabalho alheio* (LEITE, 1992 [1954], p. 252, Grifo meu).

Às similaridades percebidas entre esse mecanismo explicativo do qual fez uso Manoel Bomfim e o evolucionismo derivado das obras de Comte e Durkheim associa-se à ressonância identificada, em seu texto, de elementos do pensamento marxista e da importância fundamental atribuída ao elemento econômico e as suas conseqüências relativas ao trabalho no processo de colonização que é empreendido pelas grandes potências da época:

Essa influência, de caráter geral, do parasitismo das metrópoles sobre o organismo das colônias, alcança todas as manifestações da vida coletiva no seu quádruplo aspecto: econômico, político, social e moral. São os efeitos econômicos os mais sensíveis nesse regime de colonização parasitária. Pode-se mesmo dizer que são os efeitos primordiais, aos quais se ligam os outros como efeitos secundários. Em si, o parasitismo das metrópoles, como o parasitismo em geral, é um fenômeno de ordem econômica, cujos efeitos se refletem sobre toda a vida social (BOMFIM, 1993 [1905], p. 127).

Inúmeros intérpretes de Manoel Bomfim criticaram nele o que seria o seu *“organicismo”*, uma tentativa de explicar a partir de conceitos biológicos fenômenos de ordem sociológica. Flora Sussekind e Roberto Ventura, em livro sobre a obra de Bomfim, atribuem a ele uma suposta *“teoria biológica da mais-valia”*, na qual o autor teria misturado as idéias de Karl Marx aos postulados da sociologia biológica de sua época (SUSSEKIND; VENTURA, 1984). Além deles, outros intérpretes também ressaltaram o caráter negativo do compromisso de Bomfim com o uso da metáfora biológica para interpretação do Brasil (ALVES FILHO, 1979; OLIVEIRA, 1990), o que leva a certas leituras sobre ele, a identificar oscilações e contradições, características já observadas, por exemplo, em autores como Sílvio Romero e Euclides da Cunha.

Dante Moreira Leite, por exemplo, afirma que, ao mesmo tempo em que ele critica o *“atavismo”* defendido por Nina Rodrigues, salientando que os supostos *“defeitos”* da mestiçagem eram devido à ausência de educação, *“Começamos pelo princípio: difusão do ensino primário. Espanejemos as inteligências, despertemo-las; é o caminho para chegarmos à educação integral”* (BOMFIM, 1993 [1905], p.

348), Bomfim admite que a permanência do caráter nacional é o resultado e ao mesmo tempo a prova experimental de hereditariedade psicológica nas massas (LEITE, 1992 [1954]).

Entretanto, o uso da metáfora biológica e certas contradições percebidas em sua argumentação, em meu entendimento, não diminuem em absoluto a importância desse autor, mesmo porque o suposto “biologismo” é infundado, devido ao fato de que ele utiliza-se de elementos da biologia para compreender a realidade, ou seja, ele faz uso apenas de uma “metáfora”, do emprego de elementos de uma área específica resignificando-os em outra, ou seja, ele utilizou-se da biologia como “um instrumento de interpretação da vida social” (AGUIAR, 2000, p. 310), sem, no entanto, constituir uma identidade entre o biológico e social, o que não o permitiu mergulhar “no pessimismo (no caráter irreversível da dominação) ou, pior ainda, no determinismo das teorias (em voga) sobre a identidade e o caráter nacional brasileiro” (AGUIAR, 2000, p. 310), como abaixo alerta o próprio Roberto Ventura:

Embora concebesse a sociedade como organismo, Manoel Bomfim se propunha a investigar as leis não-biológicas, específicas aos fatos sociais. Negou, portanto, o paralelismo e a identidade entre o biológico e o social e delimitou as diferenças entre os dois níveis, ao invés de estabelecer homologias entre ambos. Ainda que investigasse a sociedade e a história latino-americana com base em noções tomadas de empréstimo da biologia e da zoologia, procurou marcar os limites de validade dos conceitos transpostos de um campo para outro (VENTURA, 1991, p. 157).

Neste sentido, em meu entendimento, a importância de Bomfim, entre outros elementos, recai sobre o fato de que ele foi um dos primeiros a reconfigurar os conteúdos associados ao semióforo⁶ nação

6 A expressão *semióforo* tem origem em uma palavra grega (*Semeiophoros*), a qual é constituída por outras duas, *semeion*, cujo significado é “sinal” ou “signo”, e *phoros*, “trazer para frente”, “expor”, “carregar”, “brotar”, “pegar” etc. O significado que se encontra atrelado a *semeion* é o de um sinal diferenciador que distingue uma coisa de outra e, além disso, trata-se de um rastro ou vestígio deixado por algum animal ou por alguém, o que permite segui-lo ou rastreá-lo. São também *semeion* sinais gravados para o reconhecimento de alguém – como os desenhos em um escudo, pinturas e sinais para comunicação em navios, estandartes utilizados pelos exércitos, presságios e agouros, uma vez que tem vinculado a si o fato de se comunicarem com o *invisível*, sinal que vem do passado ou dos céus, carregado de significações produtoras de conseqüências presentes e futuras para os homens. É justamente com este sentido, nos diz Marilena

a partir de uma interpretação crítica dos mesmos “pré-conceitos” que permeavam o pensamento social de sua época, levando-o a ressaltar, por um lado, elementos até então relativamente de importância menor, como, por exemplo, o papel exercido pela educação na formação de uma nação, e por outro, a necessidade de se debruçar criticamente sobre outros elementos que pareciam cristalizados, como a suposta inferioridade latino-americana, a famosa “teoria das raças inferiores”. De fato, quando foi necessário referir-se aos supostos “efeitos negativos da mestiçagem”, ele argumentou que:

Para alguns etnologistas, o cruzamento entre raças diferentes dá lugar à formação de populações inferiores a qualquer das raças progenitoras. É o que se denomina em biologia efeitos regressivos dos cruzamentos. [...] A verdade é que não há observações positivas provando esta suposta influência perniciosa da mestiçagem. [...] Não se vê, nos mestiços, nenhum traço fisionômico especial, novo, nenhuma modificação orgânica particular, que possa ser considerada como uma regressão ancestral. [...] Estes são argumentos teóricos que nenhum valor teriam se a observação real lhes fosse contrária. Felizmente os fatos contradizem, também, as concepções dos teóricos detratores da mestiçagem (BOMFIM, 1993 [1905], p. 260).

Ou seja, seguindo nessa perspectiva, pode-se perceber, já introduzindo uma breve conclusão acerca de Manoel Bomfim, que a sua contribuição, se não inaugura, contribui para a instituição mais sólida de um ponto de vista de análise do nacional e de seus elementos constituintes, como a idéia de mestiçagem realçada acima, que, até àquele momento, parecia marginal.

De fato, a despeito das atribuições de ingenuidade associadas a ele, muitas vezes com razão, devido à importância fundamental identificada em seu texto entre os “males” e a “cura” via educação, talvez influência de sua formação francesa, palco do projeto Iluminista, essa forma distinta de olhar o outro e a si próprio, efetiva a necessidade de transformações na idéia de “tradição nacional”, implementadas pouco depois pelo pensamento de Gilberto Freyre que, nos dias de hoje, ainda orienta perspectivas de

Chauí (2000), que um *semióforo* é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade, mas sim por sua força simbólica; um *semióforo* é profícuo porque *dele* não cessam de brotar *efeitos de significação*, daí a relação teórica percebida com a nação.

análise social cujo foco, no meu entender, é possibilidade de olhar o global e o local de um modo muito mais interacionista do que aquele que nos foi legado pela modernidade européia.

CONCLUSÃO

A título de conclusão, é possível dizer que, enquanto se observam à época polêmicas em torno das virtudes (Sílvia Romero) e desvantagens da miscigenação (Nina Rodrigues, Euclides da Cunha), Bomfim não acreditava na “questão racial” enquanto elemento essencial do nacional, argumentando que esse debate era alicerçado em um “fundamento falso” (AGUIAR, 2000, p. 325).

Manoel Bomfim e, a seguir, “os homens de 22” (BOSI, 1994), na esteira de sua contribuição, rompem com a idéia de nossas supostas ou reais “deficiências” e as reinterpretem como superioridades, efetuando, nas palavras curiosas de Antônio Candido, uma aceitação de “*componentes recalcados da nacionalidade*” (CANDIDO, 2000 [1965], p. 120, grifo meu). Ou, seguindo a via interpretativa da hermenêutica histórica, percebe-se que Bomfim foi um dos que *selecionou e reinterpreto* “pré-conceitos” existentes à época em moldes mais coerentes com a busca por uma certa autonomia social e política, preocupação inclusive, também presente no próprio Sílvia Romero.

Neste sentido, percebe-se que a importância de Manoel Bomfim para se reinterpretar o nacional no Brasil, em dias de “redescobertas”, é incontestável no sentido de se poder perceber nele a decisiva constituição de uma espécie de contra-discurso necessária ao rompimento com certas leituras instituídas a partir de sua época, como, por exemplo, a própria “*teoria do branqueamento*” desenvolvida por Sílvia Romero e retomada em Nina Rodrigues e Euclides Da Cunha. De fato, Bomfim inseriu no debate relativo ao *dilema brasileiro*, novos fatores que auxiliam em uma nova interpretação do nacional, a qual, à época, não conseguiu emergir de modo hegemônico, haja vista a predominância que possuíam as tendências biológicas e raciológicas no tratamento da idéia de nacionalidade, cujo representante principal posterior a ele, do ponto de vista do ensaísmo, foi, sem dúvida, Oliveira Vianna (1883-1951). Mas esse é um outro capítulo da “redescoberta” do nacional na contemporaneidade.

Por conseguinte, a despeito de um certo ostracismo ao qual foi relegado, o texto bomfiniano, especialmente as suas leituras relativas ao nacional, colaboram para a configuração de uma noção de nacionalidade cujo eixo central, nos dias de hoje, é a sua constituição através da *interação com as outras culturas*, elemento de articulação conceitual que, na época de Bomfim, constituía o aspecto central na definição negativa e pessimista do Brasil. Não obstante, nessa “era de redescobertas”, parece o colocar na dianteira ao almejar a constituição em solo nacional de um “*ethos universalista*” capaz de transformar

os atores do novo cenário em construtores de um patamar de civilidade e de respeito pelas culturas de todas as nações, haja vista as transformações percebidas nos espaços públicos (COSTA, 2002), tanto no âmbito global como também no Brasil, relativas à manutenção e preservação de identidades grupais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido**: tempo, vida e obra de Manuel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000

ALVES FILHO, Aluizio. **Pensamento político no Brasil – Manoel Bomfim**: um ensaísta esquecido. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOMFIM, Manoel. **A América latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905].

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

_____. **O pré-modernismo**. São Paulo: Cultrix, 1966.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000 [1965].

CANIELLO, Márcio. **O Ethos Brasílico**: sociologia histórica da formação nacional, 1500-1654. Tese (Doutorado em Sociologia) – Recife, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPE), 2001.

CHACON, Vamireh. **A construção da brasilidade**: Gilberto Freyre e sua geração. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA, Sérgio. **As cores de ercília**: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993 [1939]. v. 2.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1998 [1933].
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.
- HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990 [1985].
- IANNI, Octavio. A racialização do mundo. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1-23, 1996.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LYON, David. **Pós-modernidade**. São Paulo: Paulus, 1998.
- MALANTIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.
- MARTINS, Wilson. **A literatura brasileira**: o modernismo (1916-1945). São Paulo: Cultrix, 1965.
- MOREIRA, Roberto. **Identidade brasileira**: velhas questões, novos desafios. Trabalho apresentado no *XX Encontro anual da ANPOCS*, Caxambu, Minas Gerais, 1996.
- MUNANGA, Kanbengele. **Rediscutindo a Mestiçagem**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, Renato. Advento da modernidade. **Revista Lua Nova**, n. 20, p. 19-30, 1990.
- _____. **Identidade nacional e cultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994 [1985].
- PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 [1928].
- PIMENTA, João Paulo G. (2002), *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*. São Paulo, Hucitec, Fapesp.
- ROMERO, Silvio. **A América Latina**: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1906.

SCHNAIDERMAN, Boris. Prefácio. In: FIÓDOR Dostoiévski, memórias do subsolo. São Paulo: 34, 2000.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **O Brasil visto de fora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**: seus fundamentos econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: SOUZA, Jessé (Org.). **O malandro e o protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Editora UNB, 1999.

_____. **A modernização seletiva**: uma interpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora UNB, 2000.

SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. **História e dependência**: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo: Moderna, 1984.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956 [1923].

YOUNG, R. **Colonial desire**: hybridity in theory, culture and race. London: Routledge, 1995.